



## A2-221 Agroecologia e as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul-Brasil

Iran Carlos Lovis Trentin, Doutorando em Agroecologia, SOCLA-UdeA, mail: [trentinrs@yahoo.com.br](mailto:trentinrs@yahoo.com.br)

Clara Nicholls, University Berkeley, Califórnia- USA, mail: [nicholls@berkeley.edu](mailto:nicholls@berkeley.edu)

Maria Fonte, Univeversità Frederico II, Nápoles - Itália, mail: [mfonte@unina.it](mailto:mfonte@unina.it)

### Resumo

Nos últimos anos a produção nacional do setor agropecuário cresceu consideravelmente em volume no Brasil, mesmo que quase a totalidade seja de commodities para exportação. A demanda por alimentos no mercado interno também, cresceu muito e isso se deve principalmente pela melhoria da qualidade de vida e dos níveis de renda da população brasileira nas últimas décadas. Mas mesmo com o aumento de renda e a diminuição da pobreza as desigualdades regionais permanecem em todo o Brasil. E isso não é exclusivo das macros regiões Norte e Nordeste, pois mesmo no Sul a pobreza permanece em muitas regiões, especialmente no meio rural. Neste sentido, o estudo da agroecologia como modelo de desenvolvimento que pode ser expandido para várias regiões empobrecidas, promovendo o bem estar sócio-econômico-ambiental e cultural dos agricultores familiares é cada dia mais necessário. Pois a agroecologia, interage nas relações de vizinhança, na organização do sistema produtivo, nos modos de vida, na sucessão familiar, enfim é uma ciência completa e sistêmica. Assim, mais do que discutir políticas públicas para o combate as desigualdades regionais e do setor rural brasileiro, nosso interesse neste trabalho foi apreender em que medida a agroecologia contribui para que à agricultura familiar nas comunidades rurais empobrecidas possam com a maior rapidez alcançar níveis de qualidade de vida satisfatórios. No Rio Grande do Sul nas últimas décadas, foram organizadas implantadas muitas políticas públicas para amenizar e /ou resolver as desigualdades regionais, Foram criados conselhos, fóruns paritários entre governos e sociedade civil buscando encontrar soluções para os diferentes problemas. E muitas iniciativas foram implementadas, algumas regiões priorizaram os distritos industriais, por exemplo e outras a melhoria da produção agropecuária via agregação de valor com agroindústrias familiares que começaram a beneficiar parte da produção primária. Outras tantas optaram por desenvolver ainda mais a produção agropecuária vinculada às exportações ou aos biocombustíveis. E algumas a partir de Políticas Públicas Nacionais optaram por viabilizar os agricultores familiares através da integração de sua produção agroecológica aos mercados institucionais como a merenda escolar e atendimento as redes sociais como Hospitais, creches, e famílias em vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo. Mas o que deve se destacar é as iniciativas que fomentaram a agroecologia priorizando a segurança alimentar de milhares de famílias de agricultores ou parceiros que realmente apresentam situações de melhoria da qualidade de vida e de equilíbrio regional. Neste sentido este artigo, analisa como as políticas públicas que priorizam a agroecologia como modelo de produção agropecuária pode contribuir para amenizar a pobreza e as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul.

**Palavras Chaves:** Agroecologia, Segurança Alimentar, Desigualdades Regional, Agricultura Familiar.



## Abstract

In recent years the domestic production of the agricultural sector has grown considerably in volume in Brazil, even though almost all are commodities for export. The demand for food in the domestic market also grew a lot and this is mainly to improve the quality of life and income levels of the population in recent decades. But even with the increase in income and poverty reduction regional inequalities remain in Brazil. And this is not unique macros North and Northeast regions, as even the South poverty remains in many regions, especially in rural areas. In this sense, the study of agroecology as a development model that can be expanded to several impoverished regions, promoting the welfare socio-economic-environmental and cultural development of farmers is becoming more necessary day. For agroecology, interacts in neighborly relations, in the organization of the productive system, in lifestyles, in the family succession at last is a complete and systemic science. So rather than discuss public policies to combat regional inequalities and the Brazilian rural sector, our interest in this study was to understand to what extent agroecology contributes to family farming in impoverished rural communities can as quickly achieve quality levels satisfactory life. In Rio Grande do Sul in recent decades, were organized many public policies implemented to mitigate and / or address regional inequalities, councils have been set up, parity forums between governments and civil society seeking to find solutions to different problems. And many initiatives have been implemented, some areas prioritized districts industries, for example, and other improved agricultural production through value addition to family farms that began to benefit from part of primary production. So many have chosen to further develop agricultural production linked ace export or biofuel And some from National Public Policies have chosen to enable family farmers by integrating its agro-ecological production to the institutional markets such as school feeding and care social networks as hospitals , kindergartens, and families in socioeconomic vulnerability , for example. But what should stand out is the initiatives promoted agroecology prioritizing food security of thousands of farming families or partners who actually have situations of improving the quality of life and regional balance. In this sense this paper analyzes how public policies that prioritize agroecology as agricultural production model can help to alleviate poverty and regional inequalities in Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Agroecology, Food Security, Regional Inequalities, Family Agriculture .

## Introdução

Os modos de produções agrícolas se desenvolvem em nosso planeta a mais de 11 mil anos. Esses modos são diferentes no tempo e no espaço dependendo da população que analisamos. Em algumas partes do Globo esses modos evoluíram mais em termos de uso de tecnologias e na seleção de plantas e animais que em outros lugares. Isso fez com que em muitos lugares as populações fossem adaptando suas técnicas aos espaços disponíveis, gerando com isso uma gama muito grande de “tipos ou modelos” de agropecuária. Essa diversidade toda contribuiu muito para que muitas espécies de plantas e animais ficassem a disposição da sociedade global.

Mas na última metade do século XX isso começou a mudar. A chamada Revolução Verde, modelo de produção gerado pelas transnacionais, com foco na grande utilização de insumos químicos e agrotóxicos, chegou com o objetivo de homogeneizar os cultivos em todo o globo.

Deste modo, os modelos convencionais de agricultura e desenvolvimento rural, baseados no binômio químico-mecânico adotado em meados do século XX, foram reforçados a partir dos



anos de 1970 com a chamada Revolução Verde, e promoveram no meio rural um processo de degradação dos ecossistemas e do conhecimento milenar no manejo dos ecossistemas agrícolas. Esse processo acarretou o progressivo empobrecimento e a perda dos recursos naturais, antes tão presentes no contexto das atividades agrárias (CAPORAL, 2001). Afirma o mesmo autor que “o modo industrial de uso de recursos naturais foi substituindo as formas de manejo (camponesas) tradicionais, vinculadas às culturas locais, de maneira que o contexto social, tecnológico e administrativo, como nova forma de gestão, atuou como mecanismo homogeneizador que implementou, de forma paulatina, um modo de vida “moderno”, hostil e dissolvente das formas de relação comunitária existentes nas comunidades rurais, onde os valores de uso sempre prevaleciam sobre os valores de troca (CAPORAL, 2001).

O progresso técnico tem gerado externalidades ambientais negativas cada vez mais perceptíveis no dia-a-dia, interferindo no padrão de vida atual especialmente dos agricultores ou camponeses de territórios mais pobres.

Neste sentido, analisamos através deste trabalho a capacidade da Agroecologia, garantir segurança alimentar e gerar desenvolvimento nas regiões empobrecidas do Rio Grande do Sul- Brasil, nesta última década.

## **Metodologia**

Analisamos a garantia de segurança alimentar na região do Vale do Rio da Uruguai-RS, a partir do Programa Brasil Sem Miséria. Realizamos entrevistas abertas com os técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural –ATER, com lideranças comunitárias e com famílias de agricultores pobres, onde buscamos compreender em que medida a Agroecologia gerou desenvolvimento e segurança alimentar nas comunidades rurais.

## **Resultados e Discussões**

O RS apresenta um quadro de desenvolvimento socioeconômico relativamente bom, mas apresenta ainda enclaves de pobreza em várias regiões. Essa pobreza tem endereço é urbana, concentrada nas maiores cidades em especial na região metropolitana e rural concentrada em algumas regiões gaúchas. E ela ainda representa muito na dificuldade do Estado em atingir um desenvolvimento equânime.

Nas áreas rurais a pobreza está concentrada, especialmente nos municípios em que a estrutura fundiária é marcada pela presença de grandes propriedades na metade sul e também de minifúndios especialmente no Vale do Rio Uruguai e na Serra do Sudeste do Estado, onde os solos já estão na maioria dos casos exauridos, com baixa produtividade e as famílias empobrecendo desde longas datas.

Segundo Schneider (1998) “há uma correlação direta entre as zonas com menores índices de desenvolvimento social com a concentração fundiária, e com o tipo de atividade desenvolvida no caso a agropecuária, principalmente nas atividades de produção de arroz, gado extensivo e cebola”. Nestas áreas a pobreza é mais intensa, ou seja, os níveis de indigência são maiores. O autor afirma “que nas áreas rurais mais densamente povoadas e compostas por minifúndios existem uma proporção maior de famílias que não conseguem renda suficiente para sanar suas necessidades”.



No RS predominam agricultores familiares que foram empobrecendo nas últimas décadas devido à adoção de modelos de produção altamente dependentes de insumos externos. Na maioria dos municípios predominam mais de 50% da população como agricultores familiares e destes aproximadamente 30% em situação de pobreza. Assim, as políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural devem ter um papel importante nesta região. E como esses agricultores possuem pouca terra ou trabalham de forma esporádica para outros agricultores necessitam da agroecologia para conseguir segurança alimentar e qualidade de vida. A avaliação de políticas públicas de participação social pode fornecer alguns resultados para que se possa perceber se as estatísticas destes municípios pobres estão melhorando e gerando cidadania.

A agricultura familiar produz a maioria dos alimentos e dos postos de trabalho no campo e por isso necessita de políticas públicas, construídas, desde abaixo, que priorizem a produção agroecológica gerando renda e qualidade de vida nas regiões mais pobres. Essas regiões em razão da riqueza e diversidade cultural do Rio Grande do Sul e da grande criatividade de seu povo podem disponibilizar serviços inovadores, como turismo sustentável, produtos típicos, educação para proteção da natureza entre tantos outros.

A Assistência técnica fornecida pelas empresas privadas e o crédito “facilitado” pelos bancos são direcionados a produção de produtos para a exportação e dependentes de insumos. Os agricultores ficam a mercê destes técnicos e sem o apoio e incentivos, via política pública específica de fomento a segurança alimentar, é muito difícil desenvolver atividades sustentáveis no tempo e no espaço.

Na região analisada de agricultura familiar predominante persistem problemas como a masculinização (as jovens mulheres migram mais aos centros urbanos), e o envelhecimento, ou seja, os jovens no geral migram mais, quer seja para estudar ou para trabalhar. Quando vão estudar as escolas, na quase totalidade reproduzem uma visão equivocada de que o “urbano é moderno”. (Schneider, 2004).

Também, persistem problemas de estrutura agrária, onde muitas famílias, em especial as mais pobres do meio rural, não possuem terras próprias e quando possuem são espaços muito pequenos. As políticas públicas de aquisição de terras pela família mostram-se equivocadas, pois geram grandes dívidas às famílias e inflacionaram o mercado de terras nas comunidades rurais.

Esse modelo de produção apoiado pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar, provoca fortes desequilíbrios regionais. Em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, em especial no Corede Rio da Várzea, (Norte do RS), se percebem ilhas de prosperidade do agronegócio, mas numa linguagem geográfica, no interior dessas ilhas estão muitas rochas, que são as unidades empobrecidas. Deste modo, mesmo numa região, onde os índices médios de desenvolvimento aparecem altos, figuram brasileiros e gaúchos muito pobres.

Assim, as políticas publicas devem repensar o desenvolvimento de forma integral e devem considerar que a soberania alimentar e a recuperação dos ambientes é vital para que qualquer sociedade que se projeta para o futuro possa poder distribuir de forma equânime



os dividendo desse processo. Continuar apoiando a produção desordenada de commodities em área de agricultura familiar é um equívoco muito grande.

Assim, vemos que o avanço do agronegócio não ocorre de maneira harmônica. Sua expropriação é marcada por muitos paradoxos, entre os quais o aumento da insegurança alimentar e da desigualdade social, dos conflitos no campo e da destruição ambiental.

No caso da insegurança alimentar, não é compatível, o aumento da produção e da exportação de alimentos no Brasil e em outras partes da América Latina, com o aumento da pobreza, onde grande parte da população tem dificuldade de se alimentar em termos de quantidade e especialmente em qualidade.

Todos esses fatores têm contribuído para que diminua muito a participação social e comunitária das pessoas. O individualismo e as formas de produção capitalistas tem provocado o desmantelamento das formas de participação e dos laços de vizinhança e parentesco. Em nível municipal e regional a participação social também diminui a cada ano. E essa pouca participação social tem levado muitas regiões a permanecerem na pobreza ou a intensificação do empobrecimento em muitos territórios.

No meio rural, muitas políticas demandadas pelos movimentos sociais, e que são gestadas pelos burocratas, que às vezes compreendem equivocadamente o que é desenvolvimento e direcionadas há públicos nem sempre conscientes da importância de preservação e recuperação dos ambientes, são catastróficas, pois degradam ainda mais. Um exemplo disso no Brasil, é que quase a totalidade dos recursos do PRONAF, reproduz o modelo da revolução verde. E ainda mais, favorecem o grande capital financeiro e as indústrias de máquinas agrícolas que só desenvolvem equipamentos, poluidores, segregadores de mão-de-obra e extremamente caros.

## **Conclusões**

Deste modo a agroecologia desenvolvida na América Latina, através de políticas públicas específicas nestas últimas décadas é sem dúvida uma revolução que vai acontecendo silenciosamente nas comunidades rurais e que também beneficiam muito as populações urbanas, com o fornecimento de alimentos saudáveis e a recuperação dos ambientes. Contribuí muito também para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e com especial atenção ao resgate dos conhecimentos tradicionais que podem agora referendados pela academia serem passado para gerações futuras. Assim, políticas públicas que promovam a agroecologia contribuem muito para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, para sua segurança alimentar e para a soberania dos povos nas mais diferentes regiões latinas.

O Vale do Rio Uruguai é uma região em “desequilíbrio econômico e social” e não pode ser visto apenas como um fator geográfico, mas com seus atores sociais, como elementos vivos, e participantes dos processos de planejamento. Já o Estado deve estabelecer políticas de agroecologia para transformar os impulsos externos de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social para todos e com isso equilibrado os desequilibrados. O Estado sempre busca tratar os diferentes como iguais, e aqui se entende que os diferentes devem ser tratados como diferentes.



## Referencias Bibliográficas

- Altieri, M. A. ¿Por qué estudiar la agricultura tradicional? In: González Alcantud, J. A. y González de Molina, M. (ed.). La tierra. Mitos, ritos y realidades. Barcelona 1992. p.332-350.
- Altieri, M. A. Agroecología: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. Agroecología e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília : MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.
- FAO, 1996. Cumbre mundial sobre alimentación. <http://www.fao.org/docrep/003/w2612s/w2612s11.htm>
- Fonte, M. C'era una volta il mondo rurale...Agriregionieuropa, ano 6, nº20, Março de 2010.
- FEE. [Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS. Porto Alegre, 2012.](#)
- Gliessman, S. R. Agroecología: procesos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- Giménez, E. H. Movimientos Alimentarios Uníos. Bogotá, ILSA, 1ª ed. 2013.
- Nicholls, C & Altieri, M. Agroecología Teoría y práctica para una agricultura sustentable. Primera edición: 2000, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. México. DF.
- Ploeg, J. D. van der. El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. In: Guzman, E. S. (Ed.) Ecología, Campesinato y Historia. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.
- Schneider, S. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. outubro 2008, Brasília-DF.
- Trentin, I.C.L. O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado do PGDR. 2001. 135 p.